

PLANO DE MANEJO DE USO MÚLTIPLO RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL RIO PRETO JACUNDÁ

ENCARTE IV PLANEJAMENTO



PORTO VELHO – RO

2016

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM
Coordenadoria de Unidade De Conservação

PLANO DE MANEJO DE USO MÚLTIPLO
RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL
RIO PRETO JACUNDÁ

ENCARTE IV
PLANEJAMENTO

PORTO VELHO – RO

2016

GOVERNADO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Confúcio Ayres Moura

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM

Vilson de Salles Machado

Secretário

COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Osvaldo Luis Pitalluga

Coordenador

EQUIPE DO ARPA

Luiz Claudio Fernandes – Geógrafo Dr. Geociência e Meio Ambiente

ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

CENTRO DE ESTUDOS RIOTERRA

Telva Maltezo

Presidente

AÇÃO ECOLÓGICA GUAPORÉ – ECOPORÉ/COLABORADORA

Marcelo Lucian Ferronato

Presidente

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO
JACUNDÁ E RIBEIRINHOS DO RIO MACHADO – ASMOREX/COLABORADORA.**

José Pinheiro Borges

Presidente

APOIO FINANCEIRO

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade com recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.

APOIO E SUPERVISÃO TÉCNICA

Coordenadoria de Unidades de Conservação – SEDAM

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PLANO DE MANEJO

Paulo Henrique Bonavigo – Biólogo Esp./Ecoporé

Alexis de Sousa Bastos – Doutor em Geografia/CES Rioterra

SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA SEDAM

Renato Berwanger da Silva – Mestre em Agronomia

Maria do Rosário Almeida da Silva – Mestranda em Geografia

Juciley Candido Gomes – Gestora Ambiental

Jorge Lourenço da Silva – Biólogo

Sebastiana Socorro da Silva Almeida – Eng. Florestal/Seg. do Trabalho/Gestora ARPA

Ceres Lopes Custódio – Socióloga

Osvaldo Castro de Oliveira – Chefe de Fomento Extrativista

ELABORAÇÃO DOS MAPAS TEMÁTICOS

Fabiana Barbosa Gomes – Doutoranda em Geografia

LEVANTAMENTO DO MEIO FÍSICO

Alexis de Sousa Bastos – Doutor em Geografia.

LEVANTAMENTO DA MASTOFAUNA

Marcelo Lucian Ferronato – Mestre em Ciências Ambientais

José Raimundo de Oliveira Carril – Auxiliar de campo/Asmorex

LEVANTAMENTO DA AVIFAUNA

Tatiana Lemos da Silva – Bióloga, Ms. Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais, pesquisadora responsável.

Karim da Silva Ribeiro – Bióloga

Fabiano de Oliveira Mota – Assistente de Campo/Asmorex

LEVANTAMENTO DA HERPETOFAUNA

Israel Correa do Vale Junior – Biólogo, com especialização em herpetofauna.

Álvaro “Neto” Ferreira De Oliveira – Assistente De Campo/Asmorex

LEVANTAMENTO DA VEGETAÇÃO

Luis Carlos Maretto – Engenheiro Florestal, Mestre em Geografia

Flávio da Silva Pereira – Eng. Agrônomo

Idalino Alves Nunes – Parabolânico (Mateiro)

Edivaldo de Almeida Souza – Auxiliar de campo/Asmorex

Ronivaldo da Silva Gonçalves – Auxiliar de campo/Asmorex

Mário Sérgio Pinheiro Borges – Auxiliar de campo/Asmorex

LEVANTAMENTO DA SOCIOECONOMIA DO ENTORNO

Adnilson de Almeida Silva – Pós Doutor em Geografia.

Suzanna Dourado da Silva – Mestranda em Geografia.

Laura Dominic Gazzotto Soares de Almeida – Estudante de Geografia.

LEVANTAMENTO DO USO PÚBLICO

Rubia Elza Martins de Sousa – Doutoranda em Geografia

Ederson Lauri Leandro – Turismólogo – Doutor em Geografia.

Marília Porto Guazi – Estudante de Engenharia Florestal

APOIO LOGÍSTICO

Leonardo Ribas Amaral – Engenheiro Florestal

Rosalina Oliveira Carril – Cozinheira

Raimunda do socorro Ferreira de Lucena – Cozinheira

Sumário

4. PLANEJAMENTO	8
4.1. Programas e Subprogramas	8
4.1.1. Programa de Pesquisa e Monitoramento:	8
4.1.2. Programa de Geração de Renda	9
4.1.3. Programa de Qualidade de Vida	9
4.1.4. Programa de Gestão e Administração	9
4.2. Parcerias e fontes financiadoras possíveis	27
4.3. Zoneamento da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá	28
4.3.1. Critérios do Zoneamento	29
4.3.2. Zonas da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá	31
a) Zona de Uso Restrito	31
b) Zona de Manejo Florestal	31
c) Zona de Uso Tradicional	32
d) Zona de Uso Múltiplo	33
e) Zona Sagrada	34
4.3.3. Zona de Amortecimento	35
4.3.3.1. Normas para a Zona de Amortecimento	36
4.4. PLANO DE UTILIZAÇÃO ATUALIZADO	37
APRESENTAÇÃO	37
1. FINALIDADE DO PLANO	38
2. RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO	38
3. INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGROPASTORIS	38
4. NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA	40
5. INTERVENÇÕES NA FAUNA	41
6. INTERVENÇÕES NA ÁREA DE USO COMUM	42
7. FISCALIZAÇÃO	42
8. PENALIDADES	42
9. DISPOSIÇÕES GERAIS	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Zoneamento da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá.	30
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Programa de Pesquisa e Monitoramento.	11
Quadro 2. Programa de geração de renda	13
Quadro 3. Programa de Qualidade de Vida.....	20
Quadro 4. Programa de Gestão e Administração.....	24
Quadro 5. Principais parceiros e fontes de financiamento mapeadas na oficina de planejamento na Resex Rio Preto Jacundá.	27
Quadro 6. Área ocupada por cada Zona e seu percentual aproximado em relação à área total da Resex.	29

4. PLANEJAMENTO

O ato de planejar não deve ocorrer somente a partir conhecimento teórico, mas sim a partir de uma série de atividades, que no caso de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, deve partir, do conhecimento da realidade e dada voz às comunidades que fazem uso dos recursos naturais existentes nestas áreas para sua sobrevivência. Desta forma, deve-se priorizar o planejamento participativo, no qual os gestores desvinculam-se das tomadas de decisões centralizadas e alinham-se às possibilidades de trabalho participativo e coletivo com vistas a eliminar os imprevistos e ações isoladas.

Devemos entender o planejamento como a articulação constante e incessante da estratégia e da tática que guia nossa ação no dia-a-dia. A essência desse planejamento é a mediação entre o conhecimento e a ação. Essa estratégia e essa tática são necessárias porque o sistema social em que eu existo compreende outros sujeitos que também planejam com objetivos distintos dos meus (Matus, 1996, p. 285).

Assim sendo, o planejamento proposto para Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá (Resex RPJ), seguiu esta tendência, ao ser realizado de maneira participativa junto à comunidade, buscando ouvir e sistematizar as demandas e necessidade daqueles que residem, sobrevivem e contribuem na proteção e gestão da Unidade de Conservação.

Este volume traz os programas e subprogramas obtidos a partir dos estudos do meio físico e biológico, do Zoneamento da Unidade, do Plano de Uso e dos resultados da Oficina de Técnica de Planejamento que ocorreu nos dias 06 e 07 de maio de 2016 na Comunidade Cabeça de Boi, envolvendo comunitários, técnicos da SEDAM, Ecoporé, CES Rioterapia, Asmorex, Cooperex e Cedrex.

Estes Programas seguem as orientações do Roteiro Metodológico Atualizado para a Elaboração de Planos de Manejo de Uso Múltiplos elaborado em fevereiro de 2012, pela equipe técnica da Coordenadoria de Unidades de Conservação da SEDAM.

Ao todo são quatro programas que se desdobram em 15 subprogramas, cada um com objetivos e ações, ora integradas outrora individualizadas, as quais visam a efetiva gestão e melhoria das condições socioeconômicas e ambientais da Resex RPJ, como veremos a seguir.

4.1. Programas e Subprogramas

Orientados pelos estudos ocorridos no decorrer do processo e nas oficinas de Zoneamento da Unidade, documentos pretéritos e na oficina foram definidos os seguintes programas e subprogramas para Resex Rio Preto Jacundá.

4.1.1. Programa de Pesquisa e Monitoramento:

O programa voltado a pesquisa técnico/científica e ao monitoramento, busca aprimorar o conhecimento acerca das condições bióticas, físicas e socioeconômicas da Resex, de modo que possibilite a medição de avanços ou retrocessos neste aspecto, tendo como base os estudos iniciais realizados, e visando corrigir imperfeições do planejamento ao longo do processo de implementação.

Está estruturado em dois subprogramas:

4.1.1.1. Subprograma: Monitoramento participativo da biodiversidade;

4.1.1.2. Subprograma: Recuperação de áreas degradadas e flora de interesse econômico;

4.1.2. Programa de Geração de Renda

Este programa visa de forma geral, melhorar e ampliar os aspectos voltados a renda dos moradores das comunidades da Resex RPJ, seja através do fortalecimento de atividades já realizadas, seja por meio da implementação de novas atividades.

Cinco subprogramas foram priorizados pela comunidade durante a oficina técnica dos dias 06 e 07 de maio de 2016.

Salienta-se neste aspecto que os comunitários são, em sua maioria, cooperados da Cooperex, entidade que tem como objetivo comercializar os produtos oriundos da produção agrícola e extrativista dos comunitários. Atualmente a cooperativa restringe-se, quase que especificamente, a comercialização da madeira oriunda do Plano de Manejo Madeireiro que ocorre no interior da Unidade de Conservação.

Está estruturado em seis subprogramas:

4.1.2.1. Subprograma: Extrativismo vegetal;

4.1.2.2. Subprograma: Agricultura sustentável e piscicultura;

4.1.2.3. Subprograma: Ecoturismo de base Comunitária;

4.1.2.4. Subprograma: Manejo Florestal Madeireiro;

4.1.2.5. Subprograma: Serviços Ambientais;

4.1.2.6. Subprograma: Gestão da produção Agroextrativista;

4.1.3. Programa de Qualidade de Vida

Este programa tem por objetivo a melhoria da qualidade de Vida da comunidade residente no interior da Unidade de Conservação, no que tange, principalmente ao acesso a aparelhos sociais básicos como Educação, Saúde e Infraestrutura.

O programa está estruturado em três subprogramas, conforme abaixo.

4.1.3.1. Subprograma: Educação;

4.1.3.2. Subprograma: Saúde;

4.1.3.3. Subprograma: Infraestrutura;

4.1.4. Programa de Gestão e Administração

Este programa busca melhorar as condições de proteção, trabalho de servidores e a participação social na tomada de decisões a respeito dos caminhos a serem seguidos pelos gestores da Unidade de Conservação. A Unidade possui diversos projetos em andamento que podem ser integrados para avançar nos processos de gestão, como

por exemplo, o Projeto de REDD+ e o Programa ARPA, que somados, podem implementar diversas ações propostas neste Plano de Manejo de Uso Múltiplo.

O programa estrutura-se em três subprogramas:

4.1.4.1. Subprograma: Vigilância e Fiscalização;

4.1.4.2. Subprograma: Infraestrutura administrativa e operacional;

4.1.4.3. Subprograma: Criação e Fortalecimento do Conselho Deliberativo;

Os quadros a seguir, apresentam o detalhamento destes programas, com as especificações de cada um dos Subprogramas (Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Indicadores, Ações prioritárias, Resultados esperados e normas de uso).

Esta matriz visa facilitar a visualização e acompanhamento destas ações.

Quadro 1. Programa de Pesquisa e Monitoramento.

Subprograma	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Indicadores	Ações prioritárias	Resultados Esperados	Normas de Uso
<i>Monitoramento participativo da biodiversidade e manejo de fauna</i>	Implementação da metodologia de monitoramento para Aves Cinegéticas, mamíferos de médio e grande porte, borboletas frugívoras e plantas lenhosas e espécies alvos do Projeto de REDD+	a) Monitoramento de espécies alvos;	a) N° de alvos monitorados	Instalar os módulos de amostragem s capacitar os moradores nos protocolos de coletas de dados do monitoramento	Dados dos alvos levantados e analisados	Este programa deverá seguir as regras definidas no plano de uso e no zoneamento da Resex
		b) Monitoramento dos tabuleiros de desova de Quelônios no Rio Machado;	N° de tabuleiros monitorados	a) Identificar os principais tabuleiros de desova; b) estabelecer protocolos de monitoramento e capacitar os moradores;	Tabuleiros conhecidos e monitorados	
		c) Estudos de viabilidade para o Manejo de Fauna Silvestre;	Estudo realizado	Contratação de técnicos para a elaboração do estudo	Estudo apresentando a viabilidade de Manejo de Fauna elaborado	
<i>Recuperação de áreas degradadas e flora de</i>	Ampliar conhecimento acerca da recuperação de áreas, por meio de	a) Monitoramento da regeneração natural das áreas desmatadas no interior da Unidade;	N° de áreas monitoradas	a) Identificar as áreas em regeneração;	Áreas identificadas e monitoradas	Este programa deverá seguir as regras definidas no

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

interesse econômico	regeneração natural ou por intervenção humana e sobre potencial de uso dos produtos extrativistas.			b) estabelecer protocolos de monitoramento;		plano de uso e no zoneamento da Resex
		b) Implantação de experimentos para avaliar a recuperação de áreas com espécies nativas de interesse econômico;	Nº de experimentos implantados	a) Identificar as áreas com potencial; b) realizar oficinas para a definição das espécies a serem utilizadas e a metodologia de restauração;	Áreas identificadas e iniciados os processos de recuperação	
		c) Pesquisa de potencial para manejo de produtos florestais não madeireiros;	Pesquisa realizada	Contratação de técnicos para a elaboração do estudo	Produtos identificados e cadeias produtivas mapeadas	

Quadro 2. Programa de geração de renda

Subprograma	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Indicadores	Ações prioritárias	Resultados Esperados	Normas de Uso
<i>Extrativismo vegetal</i>	Ampliar a diversidade de produtos extrativistas com potencial de geração de renda	a) Conhecer potencial de uso de produtos não madeireiros	% do plano de manejo não madeireiro elaborado	Elaboração de Plano de Manejo de produtos não madeireiros	Potencial de produtos não madeireiros da Resex conhecido	Este programa deverá seguir as regras definidas no plano de uso e no zoneamento da Resex
		b) Capacitação em boas práticas de produção e comercialização	Nº de extrativistas participantes	Oficinas de capacitação realizadas	Produtos não madeireiros obtendo melhores condições sanitárias, de mercado e consequentemente melhores preços.	
<i>Agricultura sustentável e piscicultura</i>	Melhorar condições para desenvolvimento da agricultura na Resex	a) Estabelecer condições para beneficiamento de produtos provenientes da agricultura da Resex	Nº de instalações construídas e/ou reformadas e/ou equipadas	Adequar casas de farinha às normas sanitárias	No mínimo 1 casa de farinha adequada as normas sanitárias	
				Construir e equipar agroindústria de polpas de frutas	Uma agroindústria de pequeno porte em operação	
		b) Implementar infraestrutura para produção de mudas	Viveiro instalado	Capacitar extrativistas na atividade coleta de sementes e produção de mudas.	Extrativistas capacitados e mudas sendo produzidas para implementação de sistemas produtivos nas comunidades e para venda	
		c) Boas práticas na	% de extrativistas	Realizar	Extrativistas com	

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		produção de farinha e aproveitamento de resíduos	produtores de farinha produzindo de forma padronizada e aproveitando subprodutos da mandioca	intercâmbios	técnicas de produção aperfeiçoadas, farinha padronizada e venda de subprodutos da mandioca	
		d) Viabilidade para retomada de projeto de apicultura	Volume de mel e derivados colhido/comercializado/ano	Realizar levantamento de materiais pré-existentes, necessários para implementação da atividade	Atividade sendo desenvolvida pelos extrativistas e gerando renda à comunidade	
				Realizar levantamento de extrativistas interessados e com perfil para a atividade		
				Realizar capacitação e/ou intercâmbio para a prática apícola		
		e) Levantamento de viabilidade de implementação de piscicultura	Estudo realizado	Realizar estudo para verificar a viabilidade e interesse em implementar atividade de piscicultura na	Atividade sendo desenvolvida pelos extrativistas e gerando renda à comunidade	

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

				<p>Resex e locais potenciais de acordo com zoneamento da área</p> <p>Em caso de viabilidade, realizar capacitação dos extrativistas para atividade</p> <p>Em caso de viabilidade, implementar unidade demonstrativa de piscicultura em comunidade escolhida pelos extrativistas</p>		
<p><i>Subprograma: Ecoturismo de base Comunitária</i></p>	<p>Desenvolver atividade de ecoturismo na Resex</p>	<p>a) Elaborar o Plano de Negócios</p>	<p>Plano de negócios elaborado</p>	<p>Contratação de consultoria para elaboração de plano de negócio</p> <p>Prever a elaboração de plano de comunicação para divulgação da Resex em âmbito estadual</p>	<p>Ecoturismo de base comunitária sendo realizado na Resex pelos extrativistas</p>	<p>a) A atividade somente poderá ser desenvolvida nas Zonas permitidas</p> <p>b) Somente extrativistas, moradores da Resex podem participar da atividade com</p>

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

				Estabelecer parcerias com empresas do ramo de turismo na oferta de pacotes para a área		algum tipo de remuneração
		b) Construir infraestrutura necessária a implantação do Ecoturismo	Infraestrutura indicada pelo plano de negócios construída	Construir infraestrutura mínima para recepcionar turistas, conforme indicado pelo plano de negócios		c) A visitação só pode ocorrer com a autorização da Asmorex e SEDAM/CUC e devidamente acordada com os moradores em Plano de Trabalho previamente estabelecido;
		c) Capacitar os extrativistas para implementar o Plano de Turismo	Nº de extrativistas capacitados	Promover a capacitação de moradores para atividade de turismo tanto no aspecto de atendimento ao turista quanto na conscientização dos impactos gerados pela atividade		d) Os turistas só poderão consumir alimentação produzida na Resex; e) A repartição de benefícios dos recursos do turismo, devem ser decididos no Conselho da Resex, ouvida a comunidade e a Asmorex;
<i>Subprograma: Manejo</i>	Garantir a execução do	a) Estimular a certificação da	Nº de certificações obtidas	Estabelecer norma junto ao	Aprimoramento da atividade de	Utilização apenas de madeiras

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

Florestal Madeireiro	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário	atividade na Resex		Conselho Deliberativo da Resex de que a atividade realizada na Resex tenha certificação internacional	exploração madeireira na Resex	oriundas do descarte do Manejo Florestal, preferencialmente galhos e toras inviáveis, aproveitando estradas já abertas pela atividade especificamente na Zona destinada a manejo e no máximo até o ano subsequente ao de corte.
		b) Promover o aproveitamento de material lenhoso descartado pela atividade madeireira	Volume de madeira reaproveitada	Identificação de extrativistas com perfil para marcenaria	Aproveitamento de madeiras descartadas pelo manejo florestal na confecção de móveis por extrativistas e consequente geração de renda pela comunidade	
				Montagem de marcenaria para fabricação de móveis rústicos		
				Capacitação de extrativistas para fabricação de móveis rústicos		
Serviços ambientais	a) Proporcionar a captação de recursos a partir de projetos que paguem pelos serviços ambientais gerados pela Resex	a) Acompanhamento das atividades previstas no projeto de REDD+ da Resex	% das ações previstas no projeto de REDD+ executadas	Acompanhar as atividades a serem desenvolvidas	Projeto implementado, beneficiando extrativistas moradores da Resex	Buscar a vinculação das ações previstas no Projeto de REDD+ com as ações do Plano de manejo evitando sobreposições de ações.
		b) Escrever propostas de Projetos que visem pagamentos e suporte	Nº de propostas elaboradas	Buscar parcerias para a elaboração	Propostas elaboradas e recursos captados.	a) Estas propostas deveram seguir as regras definidas no

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		técnico para reflorestamento e preservação do solo; proteção de bacias hidrográficas; uso sustentável do solo; integração dos serviços ecossistêmicos na ordenação do território; tecnologias e métodos de agricultura sustentável para aumentar a safra e melhorar os serviços ecossistêmicos; agossilvicultura; e captação de água.		participativa das propostas.		plano de uso e no zoneamento da Resex. b) Este Subprograma deve vincular-se ao Programa de Gestão e Administração.
<i>Gestão da produção agroextrativista</i>	Estabelecer condições gerais para organização da produção na Resex e fortalecimento da Cooperativa	a) Melhorar condições de armazenamento e transporte da produção	Nº de estruturas construídas	Construção de barracão de estocagem de produtos	Barracão em funcionamento	a) Este subprograma deve vincular-se aos subprogramas de <i>Extrativismos vegetal e Agricultura sustentável</i> . a) As ações devem ser feitas em conjunto com a Cooperex e
			1 embarcação para transporte da produção extrativista adquirida	Aquisição de embarcação para transporte da produção do setor ribeirinho	1 embarcação adquirida	
		b) Assistência Técnica e Extensão Rural	Volume de produtos entregues aos mercados institucionais	Capacitação em mercados institucionais e emissão de DAP	Mercados Institucionais (PAA e PNAE) sendo acessados.	

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		c) Organizar produção e venda coletiva dos produtos	Nº de itens e volume de produtos comercializados coletivamente	Estabelecer contato com compradores regionais destes produtos e abertura de novos mercados (compradores)	Melhoria das condições de venda destes produtos	Asmorex
		d) Criação de Marca de produtos produzidos na Resex e confecção de embalagens	Marca registrada e autorizada para uso	Assessorar Cooperativa a criar e registrar marca de produtos da Resex	Tornar os produtos da Resex conhecidos no mercado	

Quadro 3. Programa de Qualidade de Vida.

Subprograma	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Indicadores	Ações prioritárias	Resultados Esperados	Normas de Uso
Educação	Melhorar as condições de ensino para o interior da Resex	Construir e/ou reformar escolas que possam oferecer ensino, infantil, fundamental, médio, EJA.	Nº de escolas construídas e equipadas	a) Escola construída na comunidade Jatuarana b) Escola construída na comunidade Jatobá Obs: Nos equipamentos escolares devem ser previstos parque infantil.	Sistema educacional melhorado e em funcionamento	Este programa deverá ser supervisionado por profissional da área de Educação
		Atendimento aos estudantes extrativistas;	a) Nº de alunos matriculados; b) Nº de professores contratados; c) Nº de estudantes extrativistas em cursos de graduação recebendo bolsa;	a) Contratação de professores capacitados para atendimento de Comunidade Tradicional; b) Concessão de bolsas de estudo para extrativistas que venham a cursar universidade;		
		Elaborar o Projeto Político Pedagógico da Resex;	Projeto Político Pedagógico elaborado, elegendo Educação Ambiental como tema prioritário	Elaboração de Projeto Político Pedagógico		
		a) Garantir	Transporte	Garantir transporte		

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		transporte escolar para os estudantes extrativistas.	escolar adquirido.	escolar para o deslocamento dos estudantes (veículos, bicicletas, barcos com motor		
		b) Priorizar a participação de estudantes em estudos e pesquisas realizadas no interior da Resex	Nº de estudantes extrativistas que participam das atividades de pesquisa	Participação de estudantes nas pesquisas		
Saúde	Melhoria das condições de atendimento em saúde para os comunitários	a) Construção de posto de saúde e atendimentos sendo realizados;	Nº de atendimentos realizados/ano	a) Posto de saúde construído na comunidade Cabeça de Boi	Extrativistas sendo atendidos dentro da Reserva e melhorado o atendimento à saúde	Este programa deverá ser orientado por profissional da área de saúde
		b) Garantir que as Unidades de Saúde tenham médicos, enfermeiros e remédios para atender os extrativistas;	- Frequência quinzenal de atendimento médicos; - Nº de atendimentos de pré-natal e saúde da mulher realizados	a) Realizar reuniões com os governos municipais e estadual para garantir a contratação de profissionais de saúde; b) Fazer gestão junto aos municípios para adquirir ambulância para ficar na Resex fazendo a remoção de pacientes; c) Realizar atendimentos dentários e serviços especializados de próteses dentárias nas Unidades de Saúde; d) Realizar oficinas		

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

				<p>para capacitar os jovens na medicina tradicional, devendo ser contratados os extrativistas que sejam conhecedores do tratamento natural para serem os ministrantes dos cursos;</p> <p>e) Valorizar o saber tradicional, através da realização de cursos, oficinas;</p> <p>f) Realizar campanhas de vacinação em toda a Resex;</p> <p>g) Realizar oficinas sobre higiene pessoal e ambiental;</p>		
		c) Capacitar extrativistas como agentes de saúde;	- Nº de agentes de saúde capacitados e contratados;	Capacitar os extrativistas para atuarem como agentes de saúde, que atuarão na Resex com supervisão dos profissionais de saúde;		
<i>Infraestrutura</i>	Melhoria das condições de infraestrutura básica para os moradores	a) Fornecimento de energia elétrica para comunidades que não possuem;	100 % de comunidades com energia elétrica 24 hrs.	Buscar junto a órgãos públicos e/ou com recursos próprios, meios para fornecimento de energia elétrica	Condições de infraestrutura melhoradas	Para execução do Subprograma a SEDAM, Asmorex e os moradores devem atender ao Plano de Utilização, o Plano de Manejo e ao que diz a
		b) Fornecimento de água e instalação de	100 % de comunidades	Construir sistemas de captação e fornecimento		

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		Caixas d'água coletivas nas comunidades;	atendidas com água potável	de água potável às comunidades.		legislação brasileira e a estadual.
		c) Apoio a construção de moradias nas comunidades;	100% das famílias com moradias em boas condições de habitação	Apoiar famílias na construção e reforma de moradias		
		d) Melhorar as condições de saneamento básico	% de famílias com Saneamento Básico	Apoiar a construção de sistemas simplificados de tratamento de efluentes, priorizando, quando possível o uso coletivo destes sistemas.		
		e) Fornecimento sinal de internet nas comunidades;	% de comunidades com rede de internet	Implementar sistemas de fornecimento de internet nas comunidades		

Quadro 4. Programa de Gestão e Administração.

Subprograma	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Indicadores	Ações prioritárias	Resultados Esperados	Normas de Uso
<i>Vigilância e Fiscalização</i>	Ampliar ações de proteção ambiental nos limites e interior da Resex	a) Identificação de pontos de maior vulnerabilidade a invasões	Número de pontos de invasões identificados	a) Realizar campanha de divulgação dos limites da Resex e das leis de proteção da UC b) Manter atualizado mapa identificando os pontos de invasões ou ameaças para tomada de providências	Conflitos socioambientais controlados na área da Resex	a) O Plano de Utilização e o Plano de Manejo da Reserva são os norteadores das ações de proteção. b) As ações de fiscalização são de responsabilidade exclusiva do poder público c) Os extrativistas são responsáveis pelas ações de vigilância de seu território
		b) Elaborar Plano de Vigilância periódica	Plano de vigilância elaborado	Realizar Oficina com os extrativistas para elaborar o plano de vigilância da Resex		
		c) Promover ações de vigilância e fiscalização	% de pontos de invasão controlados	Realizar operações conjuntas com o, Batalhão de Polícia Ambiental, Ministério Público e demais órgãos afins.		
		d) Capacitar extrativistas para atuarem em ações de vigilância e fiscalização	Nº de extrativistas capacitados para serem agentes ambientais voluntários.	Realizar treinamentos de agentes ambientais voluntários		
<i>Infraestrutura</i>	Garantir gestão	a) Elaborar o	Planejamento	Realizar oficina	1 Oficina	a) As ações devem ser

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

<i>administrativa e operacional</i>	administrativa da Resex	planejamento de atividade e orçamentário da Resex	orçamento anual elaborado e enviado a Sedam	participativa de planejamento anual, observando ações previstas no PMUM	participativa realizada e planejamento anual realizado	planejadas conjuntamente com a comunidade da Resex, monitorada pelo Conselho Deliberativo e divulgada para a sociedade
		b) Elaborar relatório de gestão Resex	Relatório anual de atividades elaborado	Elaboração pelo Chefe da Unidade de Relatório anual de atividades, devendo ser validado pelo Conselho da Resex e publicado no site da Sedam	Relatório elaborado anualmente pelo gestor da Resex, validado e publicado.	
		c) Garantir equipamentos e infraestrutura necessárias para implementação do PMUM	Relação de patrimônio disponibilidade a Resex	Atualização periódica de patrimônio disponível para Resex, devendo constar como item do Relatório anual de atividades.	Gestores com equipamentos disponíveis para implementação do PMUM	
<i>Criação e Fortalecimento do Conselho Deliberativo</i>	Criar e fortalecer Conselho Deliberativo da Resex	a) Capacitar conselheiros para contribuir na implementação e monitoramento do PMUM	% de Conselheiros Capacitados	Realizar oficina de capacitação;	Conselho atuando em defesa dos direitos dos extrativistas e na proteção da Resex	a) Respeito às normas do regimento interno;
		b) Manter regular agenda de reuniões	% de reuniões planejadas realizadas	Construir na última reunião de cada ano a agenda para o ano subsequente;		b) Priorizar a realização de reuniões dentro da Resex, buscando estabelecer rodízio entre as comunidades;
		c) Elaborar e divulgar regimento	Regimento elaborado e	Realizar oficina para elaboração de		c) Simplificar linguagem de documentos do conselho;

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

		Interno do Conselho	divulgado	regimento interno;		
		d) Criar mecanismo de publicidade de Atas e memórias das reuniões do Conselho	Atas e memórias publicadas	Publicar registros no Diário Oficial do Estado e site da Sedam;		

4.2. Parcerias e fontes financiadoras possíveis

Para que o Plano de Manejo seja exequível é necessário que parcerias sejam vislumbradas para fomentar sua implantação. Sendo assim, durante as oficinas de planejamento foram levantadas os potenciais parceiros e possíveis fontes financiadoras para a execução das ações propostas nos subprogramas (Quadro 5).

Quadro 5. Principais parceiros e fontes de financiamento mapeadas na oficina de planejamento na Resex Rio Preto Jacundá.

Programa Pesquisa e Monitoramento		
Subprogramas	Potenciais Parceiros	Fontes de Financiamento
<i>Monitoramento participativo da biodiversidade e manejo de fauna</i>	Rioterra; Ecoporé; Biofílica;	ARPA; Projeto REDD+; Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
<i>Recuperação de áreas degradadas e flora de interesse econômico</i>	Rioterra; Ecoporé; Biofílica; UNIR; Faculdades;	Compensações Ambientais da AHE Tabajara; Fundo Amazônia; Editais Específicos;
Programa de Geração de Renda		
Subprogramas	Potenciais Parceiros	Fontes de Financiamento
<i>Extrativismo vegetal</i>	Rioterra; Ecoporé; Pacto das Águas; Secretaria de Meio Ambiente e de Agricultura, Prefeitura de Machadinho; OSR;	Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
<i>Agricultura sustentável e piscicultura</i>	SEAGRI; SENAR; CEPLAC; Emater; Rioterra; Ecoporé; Colônia de Pesca;	Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
<i>Ecoturismo de base Comunitária</i>	SETUR; Empresas privadas; OSR;	Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
<i>Manejo Florestal Madeireiro</i>	Woodshopping; Imaflora; Manoa; OSR;	Woodshopping;
<i>REDD+</i>	Biofílica; Rioterra	Compradores de Créditos
<i>Gestão da produção agroextrativista</i>	Emater; Rioterra; CEPLAC	Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
Programa de Qualidade de Vida		
Subprogramas	Potenciais Parceiros	Fontes de Financiamento
<i>Educação</i>	SEDUC; SEMED;	Recursos Orçamentários; Compensação Social AHE Tabajara; Projeto REDD+;
<i>Saúde</i>	SESAU; SEMUSA;	Recursos Orçamentários; Compensação Social AHE Tabajara;
<i>Infraestrutura</i>	Eletrobrás; DER; Eletronorte; Prefeitura Municipal de Machadinho	Recursos Orçamentários; Compensação Social AHE

	D'Oeste;	Tabajara;
Programa de Gestão e Administração		
Subprogramas	Potenciais Parceiros	Fontes de Financiamento
<i>Vigilância e Fiscalização</i>	SESDEC; BPA; PF;	Recursos Orçamentários; Compensações Ambientais da AHE Tabajara;
<i>Infraestrutura administrativa e operacional</i>		ARPA; Compensações Ambientais da AHE Tabajara; Recursos Orçamentários;
<i>Criação e Fortalecimento do Conselho Deliberativo</i>	Rioterra; CDREX; OSR;	ARPA; CDREX; Recursos Orçamentários;

Entendendo que a SEDAM, a ASMOREX e a COOPEREX são entidades gestoras da Resex Rio Preto Jacundá e que devem estar envolvidas em todos os subprogramas do Plano de Manejo, neste caso, foram citadas apenas entidades externas.

As compensações oriundas do empreendimento AHE Tabajara podem alavancar os programas de manejo estabelecidos no Plano, promovendo assim o desenvolvimento da unidade e de sua população residente. Vale destacar que existem dois tipos de compensações, as sociais, que poderão ser investidas principalmente no Programa de Qualidade de Vida, podendo atender também a outros, como o de geração de renda. Para a aplicação dos recursos procedentes das compensações ambientais existem algumas restrições que devem ser obedecidas, como definido no artigo 33º do Decreto Federal 4.340/2002. Segundo a Lei Federal 9.985/2000, em seu artigo 36º §3º, para que uma unidade de conservação do grupo de uso sustentável receba recursos provenientes de compensação ambiental o empreendimento deverá afetar diretamente seu território ou sua zona de amortecimento, como é o caso da Resex Rio Preto Jacundá, onde sua zona de amortecimento ficou definida em 10 quilômetros.

4.3. Zoneamento da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá

A Lei Federal 9.985, de julho de 2000, bem como o Decreto-Lei Estadual 1.144 de dezembro de 2002 do estado de Rondônia, definem o zoneamento de uma unidade de conservação com sendo a *definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.*

O Zoneamento é estabelecido na elaboração do Plano de Manejo da unidade, onde este é trabalhado de forma participativa com os gestores da unidade e, neste caso, com a população tradicional moradora da Resex.

É um instrumento técnico de gestão pelo qual a UC é ordenada em porções (zonas) homogêneas quanto às suas características naturais e, principalmente,

em termos de destino de uso. Está conceituado na Lei 9.985/00 (SNUC) como "definição de setores ou zonas com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz". Portanto, o zoneamento da UC deve facilitar o cumprimento de todos os seus objetivos de manejo, favorecendo a conservação e minimizando conflitos. Cada Zona pode atender a um ou vários objetivos de manejo.

4.3.1. Critérios do Zoneamento

Para estabelecimento do Zoneamento da Resex Rio Preto Jacundá foram considerados a Lei Federal 9.985/2000 (que institui o SNUC), o Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002), o Roteiro Metodológico de Plano de Manejo de Uso Múltiplo para Reservas Extrativistas (Sedam, 2012), os objetivos da categoria de manejo da Resex, os relatórios e considerações dos pesquisadores, as considerações das Oficinas de Planejamento além das dificuldades e potencialidades encontradas na UC. A função principal na elaboração do zoneamento foi garantir a preservação dos ambientes naturais, biodiversidade, potencialidade para educação ambiental, atrativos para a visitação e principalmente a manutenção da forma de vida do extrativista.

Sendo assim foi determinado o estabelecimento de uma **grande Zona de Uso Restrito (33%), seguida pela Zona de Manejo Florestal (31%), uma Zona de Uso Tradicional (21%), uma Zona de Uso Múltiplo (13%) e uma pequena Zona Sagrada (0,05%)**. A área e porcentagem ocupada por cada zona no contexto geral do Parque podem ser visualizadas no Quadro 6 e na Figura 1.

Quadro 6. Área ocupada por cada Zona e seu percentual aproximado em relação à área total da Resex.

ZONA	ÁREA (ha)	%
Uso Restrito	33.277,753109	33
Manejo Florestal	32.180,221819	31
Uso Tradicional	22.364,918195	21
Uso Múltiplo	14.010,255722	13
Sagrada	50,832913	0,05

Dentro das Zonas apenas uma pequena área de aproximadamente 32ha (dentro da Zona de Manejo Florestal) foi apontada na reunião de planejamento como degradada, sendo importante realizar ação para recuperação desta área.

Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
Encarte IV – Planejamento da Unidade de Conservação

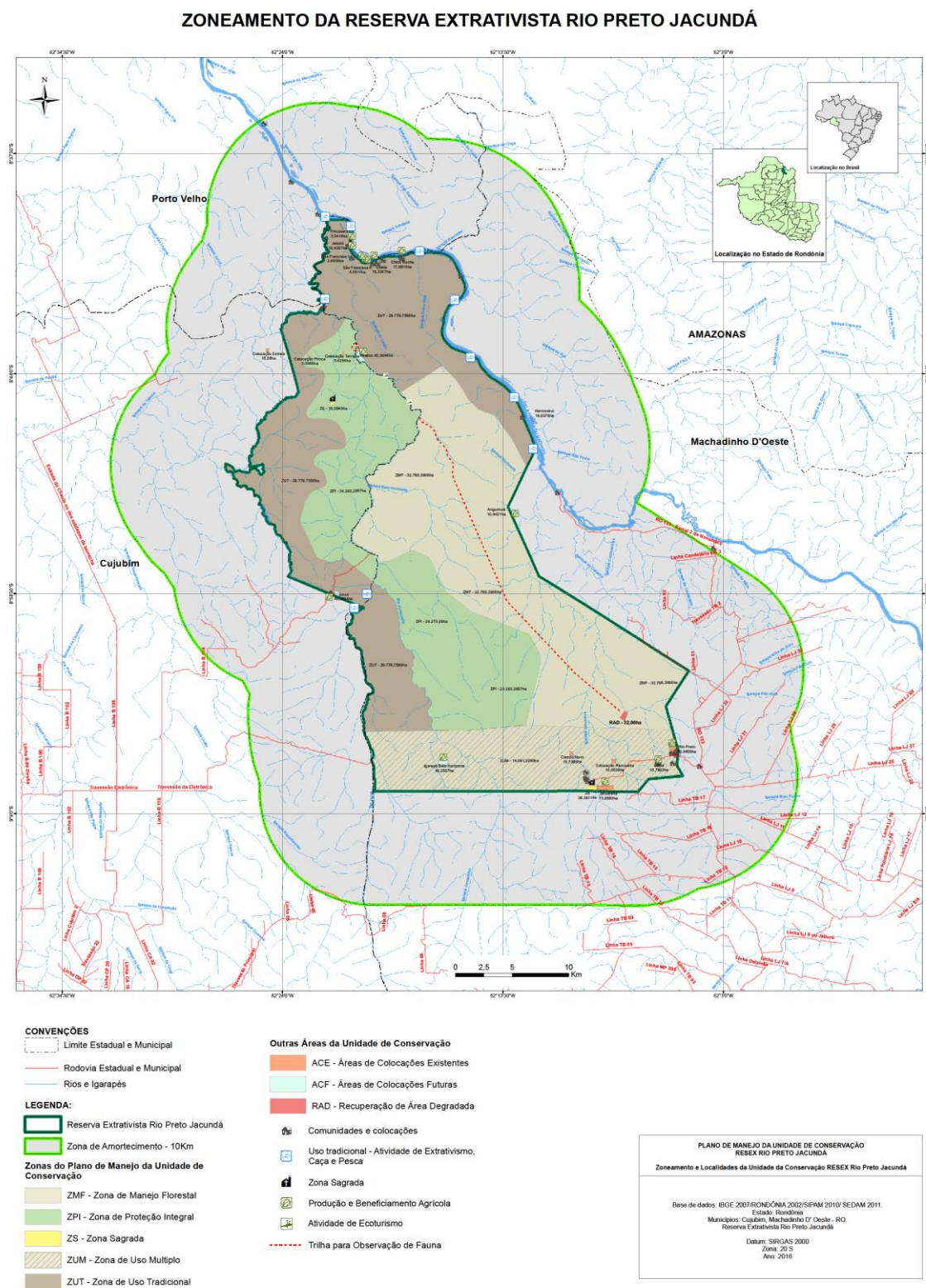


Figura 1. Mapa do Zoneamento da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá.
Elaborado por CES Rioterra.

4.3.2. Zonas da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá

a) Zona de Uso Restrito

Definição

É aquela onde a natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas que causem médio e grande impacto. Deve funcionar com matriz para repovoamento das outras zonas.

Esta área contém inúmeras nascentes, barreiros naturais, diferentes fitofisionomias. Apresenta também pouco conhecimento científico e relativa dificuldade de acesso.

Objetivo geral

Tem como principal objetivo a preservação de forma a garantir a reprodução da fauna e flora da Resex.

Objetivos específicos

- Preservar os ecossistemas de Floresta de Terra Firme;
- Proteger nascentes dos rios e igarapés;
- Proteger a região centro oeste da Resex.

Normas

- As atividades serão limitadas à pesquisa científica, ao monitoramento e à proteção, coleta e extração de produtos não madeireiros;
- A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, voltados preferencialmente para os atributos singulares ocorrentes nesta zona e desde que não possa ser realizada em outras zonas.
- Não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura.
- A coleta e extração de produtos não madeireiros deve ser realizada de forma restrita e com baixo impacto;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- Não será permitida a visitação, pesca, caça;
- Não será permitida atividades nos pontos de Zona Sagrada que se sobrepõe a esta Zona;

Descrição da Zona de Uso Restrito

A Zona de Uso Restrito localiza-se na parte centro oeste da Resex, ocupando 33.277,76 hectares, que correspondem a 33% da área total da UC. Para a identificação dos seus limites foram utilizados os critérios de importância da proteção das nascentes dos igarapés em diferentes bacias hidrográficas, da proteção dos tipos de vegetação, barreiros naturais, entre outros.

Estende-se desde o Sul da Resex no limite com a Zona de Uso Múltiplo (Zona de Manejo Florestal) seguindo até o norte da UC nos limites com a colocação Piroca e Terrinha. Faz limites a leste com a Zona de Manejo Florestal e a leste com a Zona de Uso Tradicional, se apresentando praticamente no centro da unidade.

b) Zona de Manejo Florestal

Definição

Zona destinada para a realização de projeto de Manejo Florestal Comunitário com fins de geração de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade e uso sustentável da biodiversidade.

Objetivo geral

Preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo executar projetos de Manejo Florestal Comunitário.

Objetivos específicos

- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Possibilitar o manejo de espécies de interesse econômico e cultural;
- Possibilitar a realização de pesquisas científicas em ambientes com alteração;
- Possibilitar a educação ambiental com visitação de mínimo impacto.

Normas

- As atividades são limitadas à pesquisa científica, ao monitoramento, proteção, manejo florestal comunitário, manejo de espécies e extrativismo;
- As atividades permitidas não poderão comprometer de forma grave a integridade dos recursos naturais;
- A fiscalização e monitoramento são per dicos;
- Não são permitidas quaisquer instalações de roçados e colocações, com exceção da área de sobreposição com a Zona de Uso Múltiplo;
- Podem ser executados projetos de recuperação de áreas degradadas;
- É permitida a caça, pesca, coleta de sementes e frutos;
- As atividades de manejo florestal devem atender os princípios do manejo comunitário;
- É permitida a atividade de visitação e observação de fauna na trilha pré-estabelecida para tal.

Descrição

A zona de Manejo Florestal compreende uma faixa entre a zona de Uso Restrito e o limite leste da UC, se estendendo em toda a região sul da Resex. Ao Norte faz limite com a Zona de Uso Tradicional. Atualmente há sobreposição desta Zona com a área que vem sendo executado projeto de Manejo Florestal (aproximadamente 13.800ha). Tem em sua totalidade 32.180,222ha. Dentro dos limites desta Zona (mais ao sul) existe uma área de aproximadamente 32ha que se encontra degradada e que a comunidade expressou interesse em desenvolver projeto de para recuperar tal local. Faz sobreposição com a Zona de Uso Múltiplo.

c) Zona de Uso Tradicional

Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas destinadas ao uso por atividades tradicionais dos extrativistas. Também apresenta áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações antrópicas, sendo passível de intervenções controladas. Tem como premissa a geração de renda e melhoria da qualidade de vida para as comunidades.

Objetivo geral

Permitir atividades relacionadas ao estilo de vida tradicional do extrativista, sem comprometer os recursos naturais.

Objetivos específicos

- Possibilitar a realização de atividades do modo de vida tradicional do extrativista;
- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Possibilitar o manejo de espécies de interesse econômico e cultural;
- Possibilitar a realização de pesquisas científicas.

Normas

- São permitidas as atividades de pesquisa científica, monitoramento e proteção;
- A fiscalização será periódica;
- As atividades permitidas deverão ocorrer com o mínimo impacto ao ambiente natural;
- É permitido a caça, pesca, extração de óleos, coletas de sementes e frutos desde que realizadas com baixo impacto e média intensidade, preferencialmente executadas seguindo plano de manejo específico;
- É permitida a extração de madeira, desde que sendo utilizada para fins de subsistência, não sendo permitida a comercialização;
- Não será permitida a atividade de visitação;
- É permitida a instalação de estradas e caminhos desde que sinalizadas (para segurança do usuário) e que atendam no mínimo a proteção dos recursos naturais da UC.
- A infraestrutura permitida é aquela indispensável ao modo de vida extrativista, onde podem ser criados animais (galinhas, patos, porcos, etc), agricultura, colocações, entre outros voltados para a subsistência das comunidades;
- É proibida a instalação de manejo florestal Comunitário com fins comerciais;
- Serão desenvolvidas atividades de educação ambiental, de divulgação e valorização do Parque e conservação da natureza.

Descrição

A zona de Uso Tradicional localiza-se na porção oeste da UC, junto ao limite com os municípios de Porto Velho e Cujubim. Nesta estão incluídas as colocações, áreas de castanhais e seringais utilizados pelos extrativistas. Faz limite ao nordeste da UC com o Rio Machado e ao noroeste com rio Juruá. Podem ser encontrados dentro destas diversos barreiros naturais, entre eles o Barreiro do Igarapé Preto com um raio de aproximadamente 2km de extensão.

d) Zona de Uso Múltiplo

Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas destinadas ao uso das comunidades extrativistas da Resex. Também apresenta áreas naturais e onde estão as maiores comunidades extrativistas da UC. Tem como premissa realização de todas as atividades previstas no PMUM e neste Zoneamento.

Objetivo geral

Permitir atividades relacionadas ao estilo de vida tradicional do extrativista, sem comprometer os recursos naturais.

Objetivos específicos

- Possibilitar a realização de atividades de melhoria da qualidade de vida do extrativista;
- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Possibilitar o manejo de espécies de interesse econômico e cultural;
- Possibilitar a realização de pesquisas científicas;
- Possibilitar atividades de visitação;
- Possibilitar a implantação de projetos de que visem o pagamento pelos serviços ecossistêmicos.

Normas

- São permitidas as atividades de pesquisa científica, monitoramento e proteção;
- A fiscalização será periódica;
- As atividades permitidas deverão ocorrer com baixo impacto ao ambiente natural;
- É permitida a caça, a pesca, extração de óleos, coletas de sementes e frutos, preferencialmente executadas seguindo plano de manejo específico;
- É permitida a instalação de roçado, agroindústria, agricultura, piscicultura;
- É permitida a criação de gado para subsistência;
- É permitida a recuperação de áreas degradadas;
- É permitido o Manejo Florestal Comunitário;
- Não será permitida a atividades nas Zonas Sagradas sobrepostas a Zona de Uso Múltiplo;
- Serão desenvolvidas atividades de educação ambiental, de divulgação e valorização da Resex;
- É permitida a realização de atividades de visitação aos ambientes de terra firme (incluindo castanhais e seringais) propiciando a recreação por meio de caminhadas em trilhas interpretativas, desde que seguindo projeto específico;

Descrição

A zona de Uso Múltiplo localiza-se na porção sul da UC e possui aproximadamente 14mil hectares. Nesta atualmente é desenvolvido o Manejo Florestal.

e) Zona Sagrada

Definição

São áreas identificadas pela comunidade como de interesse histórico ou sagrado. Constituem se como uma antiga capela e um antigo local de cemitério.

Objetivo geral

Permitir a manutenção de locais históricos e sagrados dentro da Resex.

Objetivos específicos

- Promover a conservação de locais históricos dentro da Resex;
- Promover a conservação de locais sagrados dentro da Resex.

Normas

- São permitidas as atividades de pesquisa científica, monitoramento e proteção;
- As atividades permitidas deverão ocorrer com baixo ou nenhum impacto aos locais sagrados;
- Não é permitida a caça, a pesca, extração de óleos, coletas de sementes e frutos;
- Não é permitida a instalação de roçados ou qualquer outro tipo de infraestrutura nestes locais;
- Serão desenvolvidas atividades de divulgação e valorização destes locais;
- Não é permitida a visitação.

Descrição

As zonas Sagradas localizam-se dentro da UC e totalizam, somadas, aproximadamente 50 ha. São definidas principalmente por um antigo cemitério e por uma antiga capela chamada de Santa Rita.

4.3.3. Zona de Amortecimento

Definição

A Zona de Amortecimento (ZA) é definida pela Lei Nº 9.985 / 2000 como “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a UC”.

Objetivo geral

A Zona de Amortecimento da Resex visa minimizar os impactos negativos das atividades humanas existentes principalmente na área dos municípios adjacentes à UC.

Objetivos específicos

- Evitar possíveis conflitos de atividades socioeconômicas com os objetivos da UC, apoiando aquelas que busquem sinergia para o desenvolvimento sustentável local, fazendo valer, também, normas específicas de ocupação do solo e uso dos recursos;
- Proteger nascentes dos pequenos rios e córregos, fundamentais para a manutenção dos processos ecológicos e serviços ambientais dentro da UC;
- Restringir e/ou amortecer a pressão da ocupação humana, principalmente aquelas que podem gerar impactos ambientais e, conseqüentemente, ameaçar a conservação da sociobiodiversidade da Resex;
- Possibilitar a conservação dos recursos naturais a partir de projetos que visem o pagamento pelos serviços ecossistêmicos;

- Desenvolver ações para a conservação e restauração das áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, visando a manutenção e/ou criação de corredores ecológicos entre os fragmentos florestais;
- Mobilizar atores que possam compor o Conselho Deliberativo da Resex Rio Preto Jacundá, como representantes do Distrito de Estrela Azul e Tabajara.

Critérios utilizados na criação da Zona de Amortecimento da Resex:

- a)** Localização dos vetores atuais e potenciais de maior pressão humana, principalmente situados ao longo das linhas e estradas de acesso;
- b)** Áreas com potencial para atividades de caça, pesca, desmatamento, agropecuária e mineração;
- c)** Presença de locais de significativa beleza cênica, potenciais atrativos turísticos não existentes no interior da Resex;
- d)** Presença de importantes cursos d'água e praias, fundamentais para a preservação dos processos de migrações, desovas e alimentação biodiversidade;

Descrição

A Zona de Amortecimento inclui parte município de Porto Velho, parte do município de Cujubim e parte do município de Machadinho d'Oeste. Localiza-se em todo o entorno da Resex e se apresenta como um *buffer* de 10 km de extensão, contados a partir do limite da UC com área total de 188.276,30 hectares.

4.3.3.1. Normas para a Zona de Amortecimento

- As atividades a serem implantadas na ZA não poderão conflitar com os objetivos específicos de manejo da Resex, nem comprometer a integridade do seu patrimônio socioambiental;
- As comunidades residentes na Zona de Amortecimento da Resex deverão ser inseridas nas atividades de educação ambiental, integração e alternativas de desenvolvimento previstas neste PMUM;
- Deverão ser formalizadas parcerias locais para o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental para os moradores dessa zona;
- A rotina de fiscalização da Resex deverá incluir a Zona de Amortecimento;
- O monitoramento do uso do solo na Zona de Amortecimento deverá ser sistematizado por meio da utilização de imagens de satélites atualizadas;
- O processo de licenciamento dos empreendimentos e atividades a serem desenvolvidos na Zona de Amortecimento (tais como projetos de manejo florestal, de manejo de fauna e de pesca, licenças de desmatamento, instalação de empreendimentos) deverá seguir um sistema de licenciamento diferenciado.
- Os casos não previstos pelas normas especificadas neste Plano de Manejo seguirão as normas estabelecidas na legislação pertinente, podendo, também, a presente normatização ser complementada de acordo com a Coordenadoria de Unidades de Conservação.

OBS: destaca-se que o AHE Tabajara se situa dentro dos limites da zona de amortecimento, porção sudeste, justamente onde se encontram as maiores núcleos comunitários no interior da Resex. Este aproveitamento hidrelétrico poderá gerar significativos impactos à unidade, necessitando de regime especial para seu licenciamento.

4.4. PLANO DE UTILIZAÇÃO ATUALIZADO

O Plano de Utilização foi atualizado na Oficina de Planejamento do Plano de Manejo, realizada em 6 e 7 de maio de 2015 na comunidade Cabeça de Boi, onde estavam presentes os comunitários, membros da SEDAM, Rioterra e Ecoporé. Após repassar todos os itens do plano de forma participativa em plenária, segue o que ficou definido após a atualização.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO
JACUNDÁ E RIBEIRINHOS DO RIO MACHADO – ASMOREX

ORGANIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE RONDONIA – OSR

APRESENTAÇÃO

Este é o plano de utilização da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá onde constam as regras de uso e os direitos e deveres dos moradores. O Plano diz o que pode e o que não pode ser realizado na Reserva e serve de guia para os moradores de como zelar pelos recursos da natureza para que sirvam também aos filhos e netos dos extrativistas. Com esse trabalho, a ASMOREX – Associação de Moradores de Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá e Ribeirinhos do Rio Machado poderá receber a concessão de Direito Real de uso das mãos do Poder Público Estadual e repassar a seus associados, o que vai lhes garantir a utilização da terra, e é um instrumento para que possam ser cobrados por isso.

Nas Reservas Extrativistas não há títulos individuais de propriedade, sendo de uso coletivo com limites respeitados tradicionalmente. Nelas serão, respeitadas as culturas e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos extrativistas, ribeirinhos e outros extrativistas, que realizam a extração de valor comercial como borracha, castanha e muitos outros produtos, bem como a pesca não predatória e manejo diversos juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata.

Este Plano de Utilização é o resultado participativo junto às comunidades. Com o tempo, pode precisar de ajustes e mudanças, que devem ser feitos a partir da iniciativa dos moradores da reserva, analisados e aprovados pelos órgãos responsáveis. A comunidade é responsável pela execução do Plano, sendo a sua autora. Nele estão colocadas as práticas sustentáveis utilizadas pelos extrativistas há gerações.

A Reserva Extrativista é resultado da coragem dos extrativistas de lutar por um sonho e enfrentar os desafios. Em Rondônia, esse trabalho vem sendo realizado desde o início dos anos 90, através do conselho nacional dos extrativistas – CNS e Associações.

A prioridade estabelecida pela OSR para o trabalho com as reservas extrativistas está dentro de uma visão de que esta é a melhor alternativa, tanto de desenvolvimento econômico quanto de conservação e defesa dessas áreas, porém sabedora de que tem contra si o interesse de grandes grupos econômicos. Consolidar as Reservas Extrativistas implica em pensar em estrutura maior, com investimentos consideráveis

do ponto de vista social, econômico, da pesquisa, capacitação e pessoal especializado. Sem dúvida uma luta importante por um futuro digno e uma sociedade com um melhor padrão de vida.

1. FINALIDADE DO PLANO

1.1. Este plano de utilização seve para garantir a conservação das Reservas Extrativistas Estaduais, e dar as regras de uso dos recursos naturais, de como os moradores devem zelar pela floresta. O Plano de Utilização é feito das regras de conservação que já fazem parte da cultura dos moradores, e também das regras que devem ser seguidas para atender à Legislação Brasileira sobre o meio ambiente.

1.2. Este Plano de Utilização foi feito com a participação dos moradores da Reserva Extrativista, a partir de seus próprios conhecimentos e discussão. Objetiva ainda este plano manifestar aos órgãos governamentais competentes o compromisso dos moradores da Reserva Extrativista de cumprir a Legislação Ambiental a nível federal e estadual, e ao mesmo tempo oferecer um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.

1.3. Tendo sido um documento aprovado pelos moradores, ele serve de guia para que estes realizem suas atividades dentro dos limites estabelecidos, para proteger e garantir a Reserva para seus filhos e netos.

2. RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

2.1. Todos os moradores são responsáveis pela execução do Plano, como seus autores na gestão da Reserva e como os principais beneficiários da mesma. De forma mais direta, a ASMOREX - Associação de Moradores de Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá e Ribeirinhos do Rio Machado, será responsável pela sua implementação, de modo a defender os recursos naturais da Reserva contra a depredação, e o bem estar dos seus moradores. Apoiam a ASMOREX nessa tarefa a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e demais parceiros para divulgação do plano de utilização e seu cumprimento.

2.2. A diretoria da ASMOREX orientará para que o Plano seja cumprido por seus associados, onde também será composta uma comissão de proteção da reserva, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das normas do Plano de Manejo de forma interna.

3. INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGROPASTORIS

3.1. Cada extrativista só poderá ter uma colocação e praticará o extrativismo e as atividades agropastoris na própria colocação, respeitando os limites tradicionalmente reconhecidos pela comunidade. É proibido a partir da aprovação deste documento usar estradas de seringa outras colocações.

a) No caso de abertura de novas colocações, deve-se manter um mínimo de 03 (três) e máximo de 04 (quatro) estradas por extrativista.

3.2. Os moradores podem praticar o extrativismo da borracha conforme as práticas tradicionais não-predatórias. Nas estradas de seringa, é permitido cortar até duas vezes por semana. Deve ser evitado o corte das seringueiras em dias de friagem. Nas áreas de terra firme, as seringueiras devem ficar em descanso na época da troca de folhas e frutos (agosto e setembro). É proibido o uso do “etrhel” nas seringueiras.

3.3. Fica permitido os sistemas tradicionais de corte conhecidos como “tarisca” e “quebra barranco” definidos para cada corte as seguintes formas:

a) “tarisca”: usando uma bandeira como pestana nas seringueiras. A largura máxima de cada bandeira deve ser de 30 cm, sendo que a área de “folga” deve ser duas vezes a largura das bandeiras. Deve ser evitado cortar danificando o lenho (no pau). A circunferência mínima das seringueiras (à altura do peito) para corte é de 90 cm para as seringueiras virgens. Permanecendo para as seringueiras já habitualmente cortadas as circunferências tradicionalmente utilizadas.

b) “quebra barranco”: a largura máxima de cada bandeira deve ser de 25 cm, sendo que a área de corte não deve ser superior a 50% da área total de madeira (casca) ficando proibido a utilização de “V” pestana. Deve ser evitado cortar danificando o lenho (no pau). A circunferência mínima das seringueiras (à altura do peito) para corte é 90 cm para as seringueiras virgens. Permanecendo para seringueiras já habitualmente cortadas as circunferências tradicionalmente utilizadas.

3.4. Deve ser evitada a construção de casas próximas às seringueiras e castanheiras, prevenindo contra futuras derrubadas dessas árvores, em função dos perigos que as mesmas podem representar no caso de caída sobre as casas.

3.5. Deve ser evitada a derrubada de plantas de potencial frutífero e extrativo, tais como: açaí, patoá, sorva, buriti, bacaba, tucumã e babaçu. É proibida a derrubada do açazeiro para a retirada do palmito. Somente no caso em que haja um Plano de Manejo com a aprovação da Comissão de Proteção da Reserva, da ASMOREX e dos órgãos governamentais competentes é que tal uso da Reserva pode ser feita. É permitida a coleta de frutos das árvores nativas e de coco das palmeiras, como também o uso de palhas para cobertura das casas na Reserva.

3.6. Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de florestas para atividades agrícolas, agroflorestais e criação de animais, respeitando o limite máximo definido pela Lei Complementar 52/91 de até 5 (cinco) hectares por unidade produtiva, incluindo as áreas de capoeiras, sendo que o excedente dependerá de estudos prévios conforme definido pela legislação em vigor.

3.7. As capoeiras devem ser aproveitadas para atividades agrícolas e agroflorestais, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte. O aproveitamento das capoeiras e a recuperação de áreas degradadas devem ser incentivados pela ASMOREX para minimizar as derrubadas de mata virgem.

3.8. As derrubadas e a utilização de fogo para implantação de roçados devem ser evitadas nos locais onde existem seringueiras, castanheiras e outras espécies valiosas (tais como copaíba, uxi, purui, etc.). Devem ser tomadas as providências necessárias para garantir o uso controlado do fogo, evitando a invasão de áreas de proteção ambiental, produção agroflorestal e extrativista. A ASMOREX deve buscar junto aos órgãos competentes: SEDAM e IBAMA as autorizações necessárias previstas em lei.

3.9. As matas margeando os rios e igarapés, em volta das nascentes, morros em terrenos muito inclinados e outras áreas frágeis não devem ser derrubadas porque são consideradas áreas de preservação permanente, conforme Código Florestal Brasileiro.

3.10. Na escolha de áreas para implantação de roçados, deve-se manter uma distância mínima de 50 (cinquenta) metros de beiras de rios, e 50 (cinquenta) metros de nascentes, morros, igarapés e onde haja boa presença de espécies valiosas como castanheiras e seringueiras.

3.11. A criação de animais como porcos, gado e ovelhas devem ser feitas por comum acordo dos moradores da comunidade, ficando a construção de cercas, chiqueiros e outras instalações por conta do criador. Deve-se tomar cuidado para evitar a invasão de animais nas colocações dos vizinhos e corpos d'água.

3.12. A implantação de pasto para criação de grandes animais será permitido até o limite máximo de 50% da área destinada a atividades agropastoris, ou seja 2,5 ha conforme item 4.6.

a) Podem se utilizadas para esta atividade as áreas de capoeiras existentes desde que autorizadas pela SEDAM.

3.13. A extração de óleo de copaíba pode ser realizada por moradores da Reserva, utilizando trado e tampa (torno) de madeira adequada (usando espécie como miratinga e breu). Deve ser respeitado um período de descanso de 1 (um) ano entre cada retirada de óleo. É proibido o uso de motosserras e machados na extração de óleo de copaíba.

4. NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

4.1. A extração de produtos da floresta tais como: frutos, flores, plantas medicinais, sementes, óleos e essências é permitida para o consumo dos moradores da Reserva. A sua comercialização, posteriormente à aprovação deste Plano de Utilização, só poderá ser realizada mediante o Plano de Manejo que assegure uma produção capaz de respeitar a capacidade da floresta de fornecer estes produtos sem causar danos. O Plano deve ser proposto pela ASMOREX e aprovado pelo Conselho Deliberativo da UC e autorizado pela SEDAM.

4.2. Os moradores podem extrair madeira para uso próprio, para lenha, construções no interior da Reserva, barcos a serem usados na Reserva, móveis e instrumentos de trabalho.

4.3 Os critérios para a utilização comercial de madeira são definidos nos itens a seguir:

a) A extração de madeira para comercialização somente será permitida mediante a elaboração de um Plano de Manejo Comunitário específico para esse fim, aprovado em Assembleia Geral da ASMOREX, com o aval da OSR, CNS, SEDAM e aprovado pelo IBAMA;

b) O referido Plano de Manejo Comunitário é um documento baseado em estudos técnicos, indicando métodos de extração de madeira, quantidade que pode ser retirada, distribuição democrática de benefícios econômicos e possibilitar o menor dano possível;

c) O Plano de Manejo Comunitário deve ainda ser feito com a participação efetiva da comunidade da Reserva;

d) Fica proibida a entrada de madeireiros e toreiros na Reserva. Somente no caso de participar da execução do Plano de Manejo Comunitário aprovado pela ASMOREX, estes poderão ser requisitados;

e) É permitido o aproveitamento para fins comerciais da madeira proveniente de derrubada para roça naquele ano, e também podem ser aproveitadas eventuais

árvores que venham a cair na floresta ou árvores que naturalmente morrem, ex. itaúba, cerejeiras e outras desde que autorizado pela SEDAM;

f) Fica permitido, a utilização das madeiras abatidas ilegalmente pelos madeireiros para uso na Reserva e para fins comerciais mediante autorização da SEDAM;

g) O beneficiamento e arraste, devem privilegiar tecnologias que causem menor impacto ambiental.

4.4. A Reserva demonstra possuir rica biodiversidade e elevada biomassa de carbono, devido a diferentes geossistemas. Este se mostra um ambiente promissor para realização de projetos para pagamentos por serviços ambientais, principalmente carbono, cujos mercados estão em pleno amadurecimento e o contexto de pressão sobre os recursos se mostram promissores para inserção da unidade no âmbito de tais iniciativas.

a) Fica permitido a realização de projetos de Pagamentos por Serviços ambientais, desde que todo o processo seja baseado em projetos específicos discutidos e validados pela comunidade, Asmorex (Assembleia Geral), e com o aval da OSR e os órgãos governamentais competentes.

5. INTERVENÇÕES NA FAUNA

5.1. Os moradores da Reserva tem o direito de pescar para sua alimentação. Fica proibida aos moradores da RESEX e os respectivos vizinhos a utilização de técnicas predatórias de pesca, tais como explosivos, venenos (tingui, timbó, assacú, oasca), batção, malhadeira e arrastão para pesca.

5.2. Fica proibida a pesca profissional e amadora por não moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, exceto se previsto em Plano de Manejo específico.

5.3. Poderá ser permitida a pesca para fins comerciais pelos moradores da Reserva, mediante a elaboração de um Plano de Manejo aprovado pela ASMOREX, Comissão de Proteção da Reserva, como o aval da OSR, CNS, SEDAM e aprovado pelo IBAMA.

5.4. Fica proibida qualquer tipo de caça por não moradores da Reserva Extrativista, exceto se previsto em Plano de Manejo específico.

5.5. Será permitida a criação de cachorro tipo “vira lata”, para proteção das criações de terreiro. Não será permitida a prática de caça com cachorro.

5.6. Poderão ser elaborados projetos de criação de animais silvestres em cativeiros para fins comerciais, apresentados pela ASMOREX e aprovados pela Comissão de Proteção da Reserva com o aval da OSR, CNS, SEDAM e aprovado pelo IBAMA.

5.7. Ficam reservadas as praias e tabuleiros definidos no Plano de Manejo exclusivamente para produção dos bichos de casco (Quelônios), não sendo permitida a presença de pessoas no local sem uma boa justificativa. Os moradores e ASMOREX devem contar com a ajuda dos órgãos competentes para proteção desses locais e animais.

5.8. É permitida a construção de tanques para piscicultura mediante a aprovação da Comissão de Proteção da Reserva e ASMOREX e licenciamento da SEDAM.

6. INTERVENÇÕES NA AREA DE USO COMUM

6.1. Os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos são áreas de uso comum da Reserva. As áreas de uso comum são aquelas que podem ser usadas por todos os moradores, respeitando-se a tradição. Fica a cargo da ASMOREX e especialmente da Comissão de Proteção da Reserva a definição de normas específicas para a utilização, monitoramento e fiscalização dessas áreas comunitárias, bem como a resolução de discordância que porventura surgirem entre moradores.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Cabe aos órgãos governamentais: SEDAM, IBAMA, Batalhão Ambiental, Polícia Civil, Polícia Federal e outras forças de segurança pública, realizar a fiscalização e monitoramento da reserva extrativista com o apoio da ASMOREX e dos moradores.

7.2. Cada extrativista é um fiscal de sua colocação e das outras colocações, cabendo a ele não apenas zelar por sua colocação, mas contribuir para que os recursos naturais da Reserva sejam zelados por todos.

7.3. Será constituída mediante eleições da Assembleia Geral, uma Comissão de Proteção da Reserva formada por moradores, com a responsabilidade de aconselhar a ASMOREX nos casos em que este Plano de Utilização não define, conforme o costume e o bom senso. Os membros da Comissão também devem ajudar na fiscalização da Reserva. As normas de funcionamento da Comissão serão definidas em regime interno aprovado por Assembleia Geral da ASMOREX.

8. PENALIDADES

8.1. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do morador de utilizar a Reserva de modo a conservá-la para seus filhos e netos, tal como a recebeu, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator nos termos das penalidades estabelecidas a seguir:

- a) Quando houver uma infração ao regulamento, o morador será inicialmente advertido pela Comissão. Após duas advertências, o caso será comunicado a ASMOREX para a tomada de providências;
- b) A ASMOREX, após ouvir e consultar a Comissão de Proteção da Reserva, poderá determinar a perda da licença de uso por parte do infrator;
- c) O extrativista que tiver perdido sua licença de uso não poderá tirar outra em Reserva extrativista na região de abrangência da ASM. A SEDAM e OSR deverão ser reportadas sobre o caso.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente Plano de Utilização poderá ser alterado após proposta apresentada por pelo menos 30% dos moradores, aprovada pela Assembleia Geral dos moradores e pelo Conselho Deliberativo, desde que a alteração proposta não entre em conflito com a finalidade da Reserva, e desde que seja aprovada pela SEDAM.

9.2. A transferência de colocações somente poderá ser realizada mediante o consentimento e aval da ASMOREX e da Comissão de Proteção da Reserva. Deve

ser comprovado que a colocação esteja bem zelada em todos os seus aspectos e que o novo ocupante tenha experiência comprovada e que seja cadastrado na ASMOREX.

9.3. A exploração de pontos de castanha deve ser feito dentro dos limites de cada colocação. A comunidade deve entrar em acordo sobre a localização de pontos de castanha identificados em colocações desabitadas, ficando sob a responsabilidade da Comissão de Proteção da Reserva coordenar a negociação sobre possíveis necessidades de ajustes. Devem ser tomadas medidas necessárias para cuidar dos castanhais, como por exemplo, cortar os cipós para evitar a caída de galhos e aumentar a produtividade das castanheiras.

9.4. Se um morador da Reserva precisar se ausentar da colocação por um período longo, esse fato deve ser comunicado à diretoria da ASMOREX, bem como o motivo da ausência. A colocação desocupada passará a ser considerada “abandonada” depois de um ano e um dia, se a diretoria não receber uma justificativa aceitável (p.ex. problema de saúde ou necessidade de descanso das seringueiras). Após esse prazo, a diretoria da ASMOREX poderá determinar a transferência da colocação para outro extrativista necessitado ou que já tenha requisitado uma colocação na Reserva.

9.5. A abertura de novas colocações poderá ser realizada somente por sócios da ASMOREX, com aviso prévio à diretoria desta. Se um extrativista sair de sua colocação por motivo de dar descanso às seringueiras, ele poderá continuar utilizando a área de roça, desde que não tenha outra área disponível e que seja avisada a ASMOREX.

9.6. A venda de benfeitorias da colocação deve ser realizada somente mediante a aprovação da Comissão de Proteção da RESEX e da diretoria da ASMOREX. A Associação verificará a procedência de novos extrativistas que pretendem estabelecer moradia na RESEX, reservando para si o direito de recusar o cadastramento e entrada de indivíduos, cuja licença de uso tenha sido revogada em outra Reserva Extrativista da Amazônia Brasileira.

9.7. A ASMOREX, com o apoio dos órgãos governamentais competentes, deverá promover atividades educativas com os moradores vizinhos da Reserva (inicialmente através de suas organizações representativas) bem como da população local em geral, com o objetivo de evitar violação deste Plano de Utilização.

9.8. A construção de obras e a execução de projetos de significativo impacto ambiental, como a abertura de estradas, dependerão de estudo prévio aprovado pela diretoria da ASMOREX e dos órgãos ambientais competentes. Porém a abertura de varadouros fica a critério dos moradores, da Comissão de Proteção da Reserva e ASMOREX. Devem ser tomadas as medidas necessárias para evitar prejuízos ao equilíbrio ecológico e aos direitos individuais dos moradores da Reserva.

9.9. Fica permitido, através de estudos que comprovem o potencial da Reserva, a exploração e o autogerenciamento de ecoturismo e pagamento por serviços ambientais, devendo ser aprovado em Assembleia Geral dos moradores, e com o aval da OSR e os órgãos governamentais competentes.

9.10. É vedada a exploração comercial dos recursos minerais do solo e do subsolo, tais como areia, metais, pedras e outros.

9.11. A ASMOREX, em colaboração com os órgãos governamentais competentes e parceiros, deverá promover a implementação do Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Reserva.

9.12. O levantamento fotográfico e a entrada de estranhos no interior da Reserva podem ser realizados com a autorização da ASMOREX e SEDAM. Para a realização de filmagem, pesquisas, coleta de material genético ou biológico, devem ser consideradas além dos aspectos legais que o trabalho resulte:

a) em benefícios para a comunidade, tais como: capacitação dos moradores, informações para a melhoria da conservação da produção e da qualidade de vida na Reserva, infraestrutura comunitária, participação em lucros resultantes de desenvolvimento de produtos ou outros benefícios que a comunidade julgar necessário.

b) Que as atividades acima citadas e seus planos de trabalho sejam aprovados pela ASMOREX. Para as pesquisas realizadas por pesquisadores ou instituições estrangeiras devem ser apresentadas previamente à ASMOREX um plano de trabalho onde seja considerado os benefícios comunitários propostos aqui.

c) Que os moradores sejam esclarecidos e consultados individualmente e coletivamente se desejam participar ou não em entrevistas, questionários, fotografias, filmagens e outros trabalhos o qual possam ser envolvidos.

d) Principalmente que os resultados do trabalho sejam retornados à ASMOREX, e se possível, à comunidade.

Os membros da Comissão de Proteção da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, serão escolhidos pelos moradores em Assembleia Geral da Asmorex.